



Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da agricultura se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão" (doravante denominado "Projeto"), cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento da extensão rural no Afeganistão por meio de capacitações técnicas e estímulo ao desenvolvimento e melhoria da dinâmica das cadeias de abastecimento do país.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades resultantes deste Ajuste Complementar; e

b) a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) como instituição responsável pela execução das atividades deste Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. O Governo da República Islâmica do Afeganistão designa:

a) o Ministério da Agricultura, Irrigação e Pecuária e o Ministério das Relações Exteriores como instituições responsáveis pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades resultantes deste Ajuste Complementar.

ARTIGO IV

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) coordenar as atividades do Projeto;
 - b) apoiar as atividades de capacitação e treinamento;
 - c) garantir que os materiais didáticos do projeto sejam replicados;
 - d) auxiliar na definição dos termos de referência e das especificações técnicas de bens e serviços;
 - e) definir as localidades e prover apoio logístico para a realização dos workshops;
 - f) colaborar com a instituição executora no caso de modificações e ajustes serem considerados necessários e essenciais à condução do Projeto; e
 - g) receber da instituição executora os relatórios de progresso descrevendo o desenvolvimento de suas atribuições, a evolução e a avaliação das tarefas em curso.
2. Ao Governo da República Islâmica do Afeganistão cabe:
- a) apoiar a implementação do Projeto;
 - b) prover apoio logístico aos especialistas designados pelo Governo brasileiro;
 - c) manter os proventos dos técnicos afegãos envolvidos no Projeto;
 - d) enviar as informações técnicas necessárias para a implementação do Projeto;
 - e) monitorar o desenvolvimento das atividades e contatar o Governo brasileiro, por meio da ABC/MRE, caso seja necessária alguma intervenção; e
 - f) prover recursos humanos e financeiros.
3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outro compromisso gravoso a seus patrimônios nacionais.

ARTIGO V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Islâmica do Afeganistão.

ARTIGO VI

1. As instituições executoras deste Ajuste Complementar elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. A publicação dos resultados e dos documentos será feita mediante consulta prévia e formal entre as Partes, que serão expressamente mencionadas no corpo da publicação.

ARTIGO VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente pelo mesmo período, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

ARTIGO VIII

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação, e não afetará as atividades em execução, exceto se diferentemente acordado entre as Partes.

ARTIGO IX

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

ARTIGO X

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

ARTIGO XI

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em 1º de agosto de 2006.

Feito em Brasília, em 03 de agosto de 2012, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Marco Farani
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO

Mohamed Rahimi
Ministro da Agricultura

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PANAMÁ PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO PROGRAMA DE MANEJO SANITÁRIO E REPRODUTIVO NA ATIVIDADE LEITEIRA"

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República do Panamá
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República do Panamá, assinado em 9 de abril de 1981.

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de agropecuária se reveste de especial interesse para ambas as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é diagnosticar a situação sanitária e reprodutiva na cadeia produtiva de leite bovino, ovino e caprino, com vistas à implementação de manejo sanitário, capacitação técnico-científica em enfermidades transmitidas geneticamente e prevenção e controle dessas enfermidades.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados alcançados no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O Projeto será elaborado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Panamá designa:

a) o Ministério de Economia e Finanças, como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério do Desenvolvimento Agropecuario do Panamá, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) designar e enviar técnicos ao Panamá para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo do Panamá, proporcionando todas as informações necessárias para a execução do Projeto; e
 - d) acompanhar e avaliar atividades do Projeto.
2. Ao Governo da República do Panamá cabe:
- a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo do Brasil, proporcionando as informações necessárias para a execução do Projeto; e
 - d) realizar o acompanhamento e a avaliação das atividades do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão utilizar recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais que deverão estar contemplados em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.